



1290000558



TCC/UNICAMP F884m

Relatório de monografia



MUDANÇAS NA ESTRUTURA DO DESEMPREGO

NA GRANDE SÃO PAULO NO PERÍODO 1985-1996

Professor orientador: Márcio Pochmann. /

Aluno: Jean Toledo de Freitas.

Agradecimentos:

A meus pais, pela inestimável ajuda e colaboração e que contribuíram para a minha formação, me dando todo o apoio e incentivo necessários.

Ao Francisco, que tem colaborado bastante contribuindo com dados e idéias, sendo enormemente prestativo na conciliação da entrega deste trabalho com a louca rotina do meu final de curso, e também aos meus amigos de faculdade, com quem tive um ótimo relacionamento e que tornaram muito mais simples minha adaptação à universidade, em especial ao Michel, Kely, Gustavo, Daniel, Giraldi, Luciano, Rafael, Érico e Carlos.

A meu orientador, Márcio Pochmann, que foi de grande ajuda na elaboração deste trabalho

A Ana e Licério do Cesit, assim como ao pessoal do CEDOC, pelas inúmeras vezes que os oportuneí perguntando por informações.

ÍNDICE

1. <u>Referencial teórico sobre o</u>	
<u>desemprego</u>	03
1.1. Aspectos teóricos a respeito do desemprego.....	04
1.2. O debate atual do desemprego no Brasil.....	10
2. <u>Panorama econômico e taxas de</u>	
<u>desemprego na Grande São Paulo</u>	17
2.1. O quadro da economia no período anterior.....	18
2.2. Período 1985-1989.....	20
2.3. Década de 90 (1990- 1996).....	22
3. <u>Mudanças no perfil do desempregado</u>	26
3.1. Escolaridade.....	27
3.2. Faixa etária.....	30
3.3. Cor.....	33
3.4. Sexo.....	35
3.5. Posição na família.....	38
3.6 Conclusão.....	40
Referências Bibliográficas.....	41

CAPÍTULO 1

Desemprego: Aspectos teóricos.

Este capítulo irá abordar o desemprego através de uma análise dos diferentes referenciais teóricos a respeito deste problema e procurando também captar o debate atualmente presente no Brasil a respeito de quais são as causas e características deste problema, se dividindo em três partes, sendo que a primeira parte procurará tratar sobre as teorias a respeito do desemprego, dando uma ênfase maior às diferenças entre a abordagem neoclássica e a abordagem de Keynes em sua teoria geral, enfocando também algumas formulações microeconômicas mais recentes que tratam o desemprego a partir de um problema de *monopoly union*, *insiders versus outsiders* ou *efficiency Wages*.

A segunda parte irá tratar do debate a respeito do desemprego atualmente existente no Brasil procurando diferenciar as três principais correntes de pensamento existentes e seu modo de tratar as características do mercado de trabalho brasileiro, diferenciando as abordagens de cunho neoclássico, que trata o desemprego existente como decorrente da elevada rigidez e do elevado custo do trabalho presente, uma formulação colocando o problema do desemprego como não relevante no país, se tratando de um problema mais ligado à qualidade dos postos de trabalho que são criados, e uma terceira explicação que coloca o desemprego no Brasil como parte de um fenômeno que ocorre a nível mundial, mas que é mais acentuado no Brasil devido à subordinação das políticas de emprego e renda às políticas macroeconômicas com outros objetivos.

Na terceira parte será realizada uma reflexão a respeito das diferenças das diferentes teorias e seu enquadramento na realidade atual do Brasil.

Aspectos teóricos a respeito do desemprego

Podem ser colocados, com relação ao problema do desemprego, dois modos distintos principais de ver o problema. O primeiro está associado a uma abordagem neoclássica do mercado de trabalho, que vê este problema causado por um desequilíbrio entre as curvas de oferta e demanda de mão de obra, e o segundo, com um enfoque mais Keynesiano, que coloca os fatores relacionados à demanda efetiva como determinantes da demanda por mão de obra e portanto do desemprego.

O enfoque neoclássico procura visualizar, numa economia em equilíbrio a existência de apenas dois tipos de desemprego: o desemprego friccional, que é causado pela falta de informações no mercado de trabalho no deslocamento do trabalhador de um emprego ao outro; e o desemprego voluntário, que é causado devido ao fato de que os trabalhadores não aceitam trabalhar aos salários reais vigentes no mercado. As curvas de oferta e demanda por mão de obra são determinadas por dois pressupostos principais. O primeiro que se relaciona com a curva de oferta coloca que o salário equivale à desutilidade marginal do trabalho, ou seja equivale ao valor que o trabalhador avalia como correspondente a uma hora a mais de trabalho em troca de lazer. Com isto se tem que quanto maior o salário maior a oferta de mão de obra e maior o número de trabalhadores dispostos a trocar uma hora de lazer por uma hora de trabalho.

O segundo pressuposto coloca o valor do salário igual ao produto marginal do trabalho. Esta afirmação fornece ao modelo neoclássico a curva de demanda por trabalho, sendo que equivale a dizer que o salário corresponde ao valor adicional de produto que a empresa teria agregando uma unidade a mais de

trabalho em sua produção. Desta forma, tem-se que devido à lei de rendimentos marginais decrescentes, a cada unidade adicional de trabalho a empresa teria um produto marginal menor, de forma que a curva de demanda se encontra negativamente inclinada.

Para que se entenda este modelo, é necessário que se tenha em mente a existência de concorrência perfeita entre as firmas, que atuam como maximizadoras de lucros e a aceitação da “lei de Say”, segundo a qual, simplificada, que a “toda oferta gerada cria sua própria demanda”, havendo por este motivo uma plena utilização dos recursos. Neste caso, o ponto de equilíbrio no mercado de trabalho corresponde ao ponto de intercepto entre as curvas de oferta e de demanda por mão de obra, de forma que os salários reais se ajustam até o pleno emprego. As causas do desemprego, portanto só podem ser duas: problemas de informação, que faz com que haja um desemprego friccional por parte do trabalhador na procura de um emprego, mas que não tem conhecimento de onde há demanda para seu trabalho, e a recusa por parte dos trabalhadores em aceitar uma redução nos salários reais, o que configura como um desemprego voluntário.

A existência em diversos países de um elevado desemprego pode ser colocado como derivado da rigidez existente dentro dos mercados de trabalho, causados principalmente pela legislação existente e pela ação sindical, que provoca para os empresários, altos custos do trabalho, impedindo desta forma que haja uma redução do salário real.

A solução dada para o desemprego neste enfoque está na maior flexibilização dos mercados de trabalhos, o que pode ocorrer com uma redução do poder do estado nas relações trabalhistas, na redução dos encargos sociais e num estímulo à descentralização das negociações coletivas, de forma a permitir uma maior livre negociação entre patrões e empregados.

Após a década de 70, pôde ser verificado nos países centrais um brutal aumento do desemprego, atingindo patamares bem distantes do período anterior. Este fato está em grande parte relacionado com a ruptura do padrão estabelecido

com o acordo de Bretton Woods e com a emergência da 3ª revolução industrial. Esta situação, aliada com a subida ao poder de governos com uma inspiração neoliberal nos anos 80, principalmente nos EUA e na Inglaterra, resultou numa tendência cada vez maior da supremacia de políticas visando a flexibilização dos mercados de trabalho. Porém, o que se tem verificado nas diversas experiências adotadas é uma maior precarização dos mercados de trabalho, com destaque para o surgimento de formas atípicas de trabalho, como o trabalho *part-time* e o trabalho temporário, que significam menores garantias de direitos para os trabalhadores, embora tenham em alguns casos contribuído para taxas de desemprego reduzidas. Outro impacto de grande importância que a flexibilização tem resultado é uma dualidade entre os trabalhadores qualificados, que tem acesso às formas de emprego mais estruturadas, e o trabalhador pouco qualificado, a quem tem sobrado as formas precárias de remuneração.

Esta visão foi criticada por Keynes na Teoria Geral¹, afirmando a inconsistência do primeiro postulado neoclássico, que afirma que o salário é igual à desutilidade marginal do trabalho. Esta crítica está fundada no fato de que os trabalhadores não tem poder suficiente para poder determinar seu nível de salário, sendo que por este modo não se pode afirmar a existência de uma curva de oferta por trabalho na qual caso haja uma redução nos salários reais devido a um aumento no nível de preços eles se recusam a trabalhar. Portanto, podem haver diversos pontos de equilíbrio em diferentes situações de salários reais ao longo da curva de demanda por trabalho. O fator que mostra o ponto de equilíbrio no mercado de trabalho é derivado da demanda efetiva, que determina a quantidade de mão de obra a ser empregada, dada a curva de demanda por mão de obra.

O poder fundamental dos investimentos está em seu efeito multiplicador. Considerando-se que os gastos em consumo das pessoas se apresentam numa proporção aproximadamente constante com relação à renda, o volume dos investimentos é o que irá determinar o volume em que se encontra a demanda

¹ Keynes(1982.)

efetiva. Os fatores determinantes do investimento estão vinculados, sobretudo a fatores subjetivos por parte dos empresários devido a incertezas com relação ao comportamento futuro da economia, que tomam como parâmetro para suas decisões as taxas de juros e a eficiência marginal do capital. A taxa de juros é vista como um prêmio contra a liquidez, ou seja um prêmio para que os agentes prefiram aplicar seu volume excedente ao invés de manter dinheiro entesourado.

Esta explicação, que desvincula o nível de investimentos a uma igualdade com o nível de poupança, se coloca em oposição à lei de Say e à neutralidade da moeda, não aceitando desta forma a existência de uma plena utilização dos recursos, colocando esta situação não como o ponto de equilíbrio normal da economia, mas como uma situação que pode se verificar ou não, podendo haver um equilíbrio com desemprego.

O papel fundamental dos investimentos na determinação da demanda efetiva podem ser representados esquematicamente da seguinte forma:

$$C = cD \quad (1)$$

$$D = C + I \quad (2)$$

Acrescentando-se (1) em (2) tem-se que:

$$D = cY + I \quad (3)$$

De onde se encontra o seguinte:

$$D = \left(\frac{1}{1-c} \right) I \quad (4)$$

Onde:

D = Demanda efetiva.

C = Consumo.

I = Investimento.

c = Propensão marginal a consumir.

Desta relação, se conclui que como a propensão marginal a consumir se encontra aproximadamente fixa do nível de renda, devido principalmente a fatores comportamentais, e conseqüentemente o nível de emprego, depende do nível de investimentos da economia, que possui um efeito multiplicador sobre a economia.

Portanto, diferentemente da abordagem neoclássica, que atribui o desemprego a fatores estritamente microeconômicos, sendo resultado de um desequilíbrio no mercado de trabalho, Keynes introduz como fatores de fundamental importância para o desemprego fatores de ordem macroeconômica, ligados à dimensão da demanda agregada e dos investimentos, dependendo do nível das taxas de juros, o que significa uma não neutralidade da moeda.

Portanto, nesta visão, a causa que pode ser fundamental como causadora do desemprego é a inexistência de um ambiente macroeconômico favorável que permita a contratação de mão de obra por parte dos empresários, assim como a inexistência de um nível de demanda agregada que permita a incorporação de todos os ofertantes de trabalho. Portanto, nesta visão, o importante para o combate ao desemprego está na geração de um ambiente econômico favorável que vise o crescimento econômico e políticas ativas de geração de demanda efetiva, sendo o gasto público uma das formas de estimular a criação desta demanda e de estimular o crescimento e o nível de empregos.

Experiências de inspiração keynesiana, visando a manutenção do pleno emprego, foram realizadas nos países da OCDE após a 2ª Guerra mundial, com uma participação ativa do Estado na realização de políticas de emprego e renda, na configuração do que se pode chamar de um Estado de bem estar social. Este período foi marcado por um círculo virtuoso de crescimento econômico, no que muitos chamam de a "idade de ouro" do capitalismo². Este período foi marcado ainda por uma grande estabilidade do sistema financeiro internacional, devido ao acordo de Bretton Woods, que garantiu a paridade da taxa de câmbio das principais moedas, com a liderança do dólar neste processo, tendo os Estados Unidos desempenhado um papel importante de liderança neste processo.

² Hobsbawn (1995)

Porém, com a crise do padrão de Bretton Woods, houve uma reversão desta tendência, o que se acentuou com um ganho de espaço no debate econômico de pensadores de uma linha neoliberal, havendo uma ascensão aos governos dos principais países de políticos com esta tendência, como Reagan nos EUA e Thatcher na Inglaterra, o que significou em grande parte um abandono destas políticas.

Existem algumas versões mais recentes, de inspiração keynesiana que tratam o desemprego com uma explicação a partir de uma rigidez nos salários reais. Entre os modelos que mais se destacam, podem ser destacados os modelos de *monopoly-union*, *insiders versus outsiders* e *efficiency wages*. A característica comum a todos estes modelos é que partem de uma explicação microeconômica, diferentemente do realizado por Keynes na Teoria Geral.

O modelo de *monopoly union* procura explicar o desemprego como consequência do poder dos sindicatos na fixação do salário real. Este modelo pressupõe a existência de rendimentos marginais decrescentes e do objetivo da firma de maximização de lucros, o que faz com que haja um *trade-off* entre emprego e salário real. O objetivo dos sindicatos é maximizar a utilidade dos trabalhadores, que é uma função dos salários reais e do nível de emprego. Dentro deste quadro, os sindicatos, que tem poder para fixar os salários reais procuram obter um ponto ótimo entre emprego e salários, de forma que as variações do nível de preços promove um ajustamento dos salários nominais de forma a manter os salários reais fixos.

O modelo de *insiders versus outsiders* supõe a existência de custos para a firma na despesa dos trabalhadores insiders por trabalhadores outsiders, de forma que isto gera para estes trabalhadores um poder de mercado, podendo impor uma rigidez dos salários e adequar os salários nominais às variações nos níveis de preços, procurando manter seus empregos e salários reais constantes.

O modelo de *efficiency wages* supõe a existência de uma relação positiva entre o salário real e a produtividade do trabalho. Neste modelo, as firmas possuem uma preferência em manter os salários reais num nível elevado, de

forma que uma diminuição dos salários reais não compensaria a redução da produtividade advinda desta redução.

O debate atual do desemprego no Brasil

Com relação à discussão a respeito do desemprego no Brasil, três visões distintas se destacam por serem as mais importantes e as que possuem uma maior representatividade dentro do atual debate. Este item procurará enfocar as características de cada uma destas abordagens, procurando demonstrar seus diagnósticos e o modo em que são inseridos na realidade brasileira.

Uma primeira visão é que está mais associada com a abordagem neoclássica vê o problema do desemprego no Brasil como derivado da extrema rigidez nos mercados de trabalho, podendo ser encontrada em Pastore (1994). A principal razão para esta rigidez estaria na estrutura da legislação brasileira que foi consolidada com a CLT após a década de trinta, pelo seu aspecto extremamente normativo, pela ação dos sindicatos que se recusam a aceitar uma redução dos salários nominais em momentos de crise e pelos elevados custos do trabalho, onde se destacam a pesada proporção dos encargos sociais³.

A estrutura da legislação brasileira dá ao Estado um poder muito grande, atuando como intermediário nos acordos e com o poder de sancionamento das negociações realizadas entre patrões e empregados. Desta forma, o Estado atua prejudicando a livre negociação entre patrões e empregados, impedindo desta forma que as taxas de desemprego possam ter um ajustamento mais rápido aos ciclos econômicos. Outro fator que inviabilizaria um maior investimento por parte dos empresários e o aumento do nível de empregos está na estrutura dos

³ Pastore (1994) Por encargos sociais, o autor entende todos os componentes da folha de pagamentos que não correspondem ao salário propriamente dito, ou seja considerando como encargos sociais, tanto partes que podem ser consideradas como remuneração do trabalho, como descanso semanal e 13º salário, como os componentes relativos a contribuições sociais, como o salário educação.

encargos sociais na composição dos salários, que atingiriam a enorme proporção, atingindo o valor de 102% do salário na folha de pagamentos. O pesado custo do trabalho no país atuaria não só como um desestímulo à contratação de mais empregados, devido aos elevados custos das folhas de pagamento na estrutura de custos das empresas, mas também pelos efeitos da concorrência externa, de forma que os altos custos do trabalho acabam atuando como um fator diferencial, como uma desvantagem competitiva, comparando a outros países onde se tem custos do trabalho menores.

A flexibilização do mercado de trabalho, poderia segundo este enfoque atuar como um fator atuante contra o desemprego. Esta flexibilização seria possível eliminando a presença do Estado das negociações, de forma a permitir uma negociação mais descentralizada, e com a redução dos encargos sociais. Os autores desta corrente afirmam baseados no alto custo do trabalho no Brasil e com base na estrutura legal vigente. Porém, com relação a este fato existem várias controvérsias, não somente com relação ao custo do trabalho, havendo cálculos que vão em outra direção com relação a este aspecto, colocando estes como representando uma porcentagem bem menor da folha de pagamentos⁴, assim como existem estudos que apontam a existência de uma variação dos salários reais de acordo com os ciclos econômicos⁵, podendo ser também percebida uma elevada rotatividade⁶, o que significa desta forma a existência de custos de demissão bastante reduzidos, o que torna o mercado de trabalho brasileiro bastante reduzido em comparação com outros países.

⁴Esta divergência pode ser observada num estudo contido em Santos (1996). Este autor faz uma diferenciação entre encargos sociais e os rendimentos ao trabalhador, considerando como encargos toda a parcela que não vai diretamente para o trabalhador, como por exemplo salário-educação e contribuição ao INCRA. Alguns itens, como por exemplo 13º salário e adicional de férias são considerados como salário indireto, pois apesar de não contar no salário que é pago diretamente, correspondem ao rendimento do trabalhador, sendo por este motivo considerados salários. De acordo com este cálculo, a participação dos encargos sociais é de apenas 25, 10%. Outro aspecto relevante que é colocado é que mesmo considerando-se todos os encargos sociais, o custo do trabalho no Brasil é extremamente baixo.

⁵ Este fato está bem colocado em Amadeo&Camargo (1995)

⁶ Esta alta rotatividade pode ser vista em Baltar&Próni (1996)

Esta visão sobre o desemprego tem ganhado um peso cada vez maior ultimamente, sendo que a várias das mudanças que tem se verificado na legislação trabalhista tem caminhado nesta direção.

Uma segunda abordagem que tem sido colocada coloca o desemprego como um fator de pouca importância no mercado de trabalho brasileiro, sendo exposta em Amadeo&Camargo(1995), Amadeo&Peró(1995) e em Gonzaga(1995). Segundo os autores que defendem esta posição, o principal problema no mercado de trabalho brasileiro está na qualidade dos empregos que são gerados, devido à grande importância representada pelo trabalho informal e outras formas precárias de ocupação.

As taxas de desemprego aberto no Brasil são extremamente baixas se comparadas com outros países, sendo que sempre nos momentos de crise o fenômeno principal que se observa é um aumento de importância de formas precárias de ocupação e um comportamento razoavelmente estável das taxas de desemprego aberto, provocadas não somente pelo fato de que maior parte das pessoas que são desempregadas migram para o trabalho informal, devido à precária rede de cobertura ao desempregado, como a ineficácia do seguro desemprego e a inexistência de um Estado de Bem Estar Social desenvolvido, havendo um movimento uniforme das taxas de participação e de ocupação, sendo que ambas diminuem nos períodos de recessão, de forma que a diminuição da população ocupada ocorre simultaneamente à diminuição da população economicamente ativa, aumentando com isto o número de inativos e repercutindo pouco nas taxas de desemprego.

Desta forma, o problema que se encontra em maior amplitude no mercado de trabalho brasileiro está relacionado à elevada rotatividade de mão de obra, que faz com que o mercado de trabalho seja bastante flexível, na baixa qualificação da mão de obra e na falta de um mecanismo de cobertura social avançado.

A terceira interpretação que se destaca é a que destaca o desemprego no Brasil como sendo resultado da insuficiência das políticas macroeconômicas em

gerar crescimento econômico e demanda por trabalho suficientes para incorporar o crescimento da população economicamente ativa e de absorver a mão de obra que tem sido desempregada na indústria. Esta formulação pode ser encontrada em Pochmann (1996) e Dedecca (1996b). Tem-se verificado nos anos 90 um movimento de desestruturação do mercado de trabalho, com um crescimento do trabalho autônomo, do trabalho informal e do emprego não assalariado. Este fenômeno é decorrência direta das transformações que a economia vem sofrendo desde o processo de abertura econômica e da adoção de políticas de cunho neoliberal desde o governo Collor.

Este processo de abertura econômica vem determinando um processo de reestruturação industrial. Este processo vem significando a tomada de medidas visando novos processo produtivos com uma diminuição de custos e da utilização de mão de obra. Podem ser colocados como exemplos deste processo a incorporação de novas máquinas ao processo produtivo, a crescente utilização de insumos importados, a prática de enxugamento de níveis hierárquicos exigindo uma maior flexibilidade por parte do trabalhador, utilização de novos *mixes* de produção e também de grande importância, uma desverticalização do processo produtivo, sendo que a terceirização tem sido uma prática largamente utilizada.

O processo de terceirização consiste na contratação por parte de terceiros para a realização de trabalhos que anteriormente eram realizados dentro da esfera da própria empresa. Este fenômeno tem apresentado uma presença cada vez mais constante, principalmente no que diz respeito às partes de serviço dentro da estrutura das empresas, como por exemplo em serviços de vigilância e de limpeza, embora em muitas empresas este se estenda também a partes da produção.

Nos períodos posteriores ao governo Collor, as medidas visando o crescimento e ao nível de emprego continuaram se subordinando à orientação geral das políticas macroeconômicas. A introdução do Plano real, com o intuito de estabilização dos preços é um exemplo disto. A adoção de uma âncora cambial, provocou uma acentuação da dependência do país com relação ao

capital financeiro internacional, obrigando a adotar taxas de juros elevadíssimas e uma taxa de câmbio sobrevalorizada, o que tem tido efeitos bastante prejudiciais à produção e ao consumo, produzindo efeitos também pelo acirramento da concorrência externa pela maior abertura comercial.

Estas medidas tem tido um efeito extremamente negativo sobre o nível de emprego, produzindo uma queda da produção industrial na década, sendo que o setor de serviços não tem tido capacidade para acomodar a mão de obra expulsa da indústria, gerando uma elevação do nível de desemprego, cujas taxas praticamente dobraram desde o início da década de 90⁷. Isto é reflexo de uma mudança estrutural na economia, com a perda da capacidade do setor industrial em elevar o nível de emprego.

Este fato se comprova tomando como comparação o movimento das taxas de desemprego com o ocorrido na década de 80. O forte movimento recessivo no período 1981-83, devido à crise no balanço de pagamentos provocou um aumento brutal das taxas de desemprego. Apesar disto, a recuperação da economia no período 1984-85 possibilitou o retorno das taxas de desemprego aos mesmos níveis do início do período anterior⁸, de forma que o setor industrial continuou atuando como o grande impulsionador do nível de empregos no país.

No período 1994-95, se verificou um comportamento diferente da economia. Apesar da recuperação do crescimento econômico verificada, não houve uma contrapartida sobre o nível de emprego, sendo que as taxas de desemprego no final do período se encontravam em praticamente nos mesmos níveis que no período inicial. Ou seja, o crescimento que se verificou foi suficiente somente para a manutenção das taxas de desemprego num patamar estável, de forma que não houve uma recuperação tão imediata quanto na década anterior. Esta recuperação da economia, porém, não foi igual para todos os setores da indústria. Enquanto o setor de bens de consumo duráveis apresentou um

⁷ Este fato pode ser constatado tomando-se por base tanto as taxas de desemprego tanto do IBGE, como a pesquisa realizada pelo convênio SEADE/DIEESE. Apesar de apresentarem dimensões distintas, ambos os indicadores apresentam esta evolução ao longo do período.

⁸ Baltar (1996), pags. 87-88.

desempenho que possibilitou superar os valores de 1989, este mesmo crescimento não pôde ser verificado no setor de bens intermediários, o que se refletiu na demanda deste setores por emprego. Os setores de bens intermediários e de bens de produção tiveram um desempenho bastante modesto no período, demonstrando o fato de que houve uma mudança estrutural na capacidade do setor industrial em impulsionar o nível de emprego, perdendo bastante seu dinamismo. Como resultado geral deste período se verifica que houve uma queda do emprego industrial⁹.

Portanto, como se percebe ao longo desta última década não houve por parte dos diferentes governos uma preocupação especial com relação a políticas de emprego e renda de forma, que a causa principal do desemprego atualmente existente está no processo de reestruturação industrial ocorrido no início da década, mas também na forma como foram conduzidas as políticas econômicas adotadas com o intuito simplesmente de obter uma estabilização monetária, priorizando este objetivo a medidas visando não somente o crescimento econômico e a incorporação de mão de obra pelos diferentes setores produtivos.

A solução para o desemprego estaria relacionada a medidas visando não somente o crescimento econômico e apoio a setores intensivos em mão de obra, mas também políticas visando uma melhora de condições no mercado de trabalho, atuando no sentido de uma menor rotatividade, uma melhor qualificação da mão de obra e visando também um relacionamento mais democrático nas relações de trabalho, buscando a intensificação das negociações coletivas e uma redefinição do papel do Estado, atuando não de forma paternalista, através de uma regulação intensa nas negociações, mas permitindo a livre negociação entre patrões e empregados, procurando agir como um equilibrador de forças entre as duas partes, possibilitando uma forma mais ampla de representação às partes mais fracas.

⁹ Baltar (1996), pags. 92-96.

Observações finais

Como é possível se perceber o tema do desemprego envolve um intenso debate com explicações totalmente diversas sobre a situação do mercado de trabalho brasileiro e seus impactos sobre o nível desemprego. É importante, porém, que se tenha em vista para a resolução deste problema as características marcantes do mercado de trabalho brasileiro, que se baseiam numa baixa qualificação, baixos rendimentos e uma elevada rotatividade da mão de obra, que fazem do mercado de trabalho brasileiro extremamente flexível.

Por isto, diante das altas taxas observadas na década de 90, com uma precarização do mercado de trabalho, o que pode ser percebido pelo grande crescimento do trabalho informal, pelo aumento das ocupações não assalariadas e pela diminuição das formas de contratação com carteira de trabalho assinada¹⁰; pode-se perceber as mudanças pelas quais passou a economia ao longo da década tem apresentado uma responsabilidade cada vez maior pela atual situação, sendo que em grande parte isto se deve ao desprezo dado pelos governos que vem se sucedido a políticas de combate ao desemprego e com vistas ao crescimento.

Portanto, o desemprego deve ser um tema cada vez mais urgente não podendo ser resolvido apenas com medidas paliativas, mas com uma orientação clara para o aumento do crescimento econômico e da diminuição da precarização e das disparidades no mercado de trabalho.

¹⁰ Pochmann (1998a)

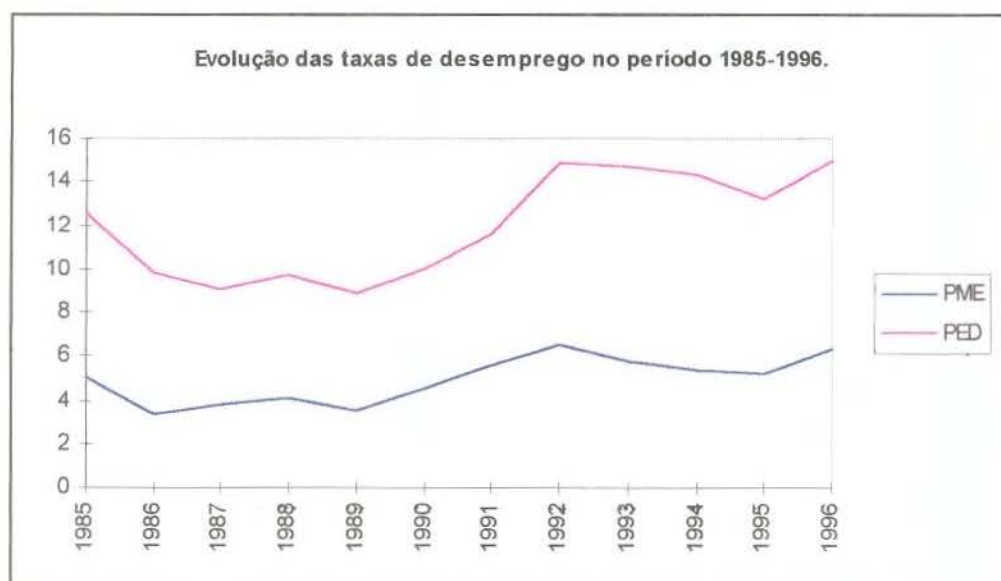
CAPÍTULO 2

Panorama econômico e taxas de desemprego na Grande São Paulo.

O objetivo deste capítulo está numa análise da evolução das taxas de desemprego no período de 1985 a 1996. Para a realização deste objetivo, é necessário uma ligação desta evolução com o panorama da economia brasileira neste período. Os condicionantes colocados pelas diversas restrições ao crescimento na década de 80 e pelo processo de ajuste neoliberal na década de 90 jogaram um papel decisivo no que diz respeito ao comportamento do mercado de trabalho.

Existe uma grande variação das taxas de desemprego ao longo deste período, sendo que a maior variação corresponde ao se comparar as décadas de 80 e 90, sendo que os números na segunda são de natureza bem maior que na primeira. Esta diferença pode ser notada no gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.
IBGE: PME: Pesquisa Mensal do Emprego.

O período em questão pode ser dividido em um primeiro momento em 1985-86, que representa o período de recuperação após o forte ajuste recessivo de 1981-83 e ao Plano Cruzado; pelo período de 1987-89, no qual após o fracasso do Plano Cruzado, responsável por uma volta do quadro inflacionário com um crescimento da instabilidade econômica, se seguiram diversos planos de estabilização sem sucesso algum, com um quadro de flutuação da economia; e nos anos 90, um primeiro período, de 1990 a 1992, no qual se assistiu uma profunda recessão e a adoção de um choque de abertura; o período de 1993-94, no qual se verificou uma certa retomada do crescimento econômico e por último, o período de 1995-96, marcado pela adoção do Plano Real e suas consequências para o futuro da economia.

Porém, para que se tenha um maior entendimento do quadro econômico brasileiro, é necessário que se tenha um certo conhecimento a respeito da conjuntura anterior da economia brasileira e da situação em que se encontravam as taxas de desemprego.

Desta forma, este capítulo irá ser dividido em três partes, sendo a primeira retratando a conjuntura anterior ao período de 1985, a segunda parte tratando do período de 1985-90, e a terceira sobre a década de 90, do período até 1996. Com isto, tem-se que a intenção deste capítulo é proporcionar um maior entendimento sobre as mudanças na economia do país e como estas influenciam o desemprego na Grande São Paulo.

1. O quadro da economia no período anterior.

O período imediatamente anterior ao período de análise deste estudo, que corresponde ao intervalo 1980-84, foi fundamental para o comportamento da economia ao longo de toda a década, colocando uma série de condicionantes para todas as tentativas de recuperação da economia. Este período se inicia com

o ajuste recessivo de 1980-83, colocado pela crise da dívida externa, que significou uma ruptura do padrão de financiamento da economia brasileira, havendo uma recuperação no ano de 1984.

A crise da dívida externa está ligada à política americana de recuperação do dólar, implementada em 1979 e que significou uma elevação das taxas de juros deste país e uma enorme retração da liquidez internacional. Os países que como o Brasil eram extremamente dependentes de capitais externos como meio de financiamento se viram numa situação delicada, culminando com a declaração de moratória por parte do México em 1982.

Com isto, o país se viu obrigado a apelar ao FMI (Fundo Monetário Internacional), o que tornou necessário a adoção de um ajuste recessivo, significando uma retração do PIB de 7% entre 1980 e 1983, levando à necessidade de obtenção de gigantescos superávites comerciais. Neste sentido, houve um significativo fechamento da economia para importações e o direcionamento de políticas incentivando as exportações, com o que o Brasil foi obrigado a se tornar exportador líquido de capitais.

Os efeitos para o desemprego destas medidas foram extremamente desastrosos, aumentando significativamente as taxas de desemprego aberto que até então eram relativamente baixas. As taxas de desemprego médias do período foram de aproximadamente 7%. Outro fator de grande importância no período foi um crescimento das formas precárias de trabalho, que atuaram com um "colchão" para as taxas de desemprego aberto, havendo uma precarização no mercado de trabalho.

O período imediatamente posterior, 1984-85, foi significativo no sentido de proporcionar uma recuperação do nível de emprego aos níveis vigentes no início de 1980. O principal setor da economia que proporcionou a retomada do nível de atividade e a diminuição do desemprego foi o setor de bens intermediários, que proporcionou uma volta das taxas de desemprego aos mesmos níveis que se encontravam em 1980. O setor industrial neste período, representava um papel

importante na condução do nível de emprego na economia, sendo que as variações no nível de emprego flutuavam em torno da atividade industrial.

Desta forma, o período que se inicia em 1985, que é o início do período em análise neste estudo, é um período no qual a economia estava retomando seu dinamismo após a dura recessão de 1980-83, causada pela crise da dívida externa.

Os condicionantes postos à economia pela conjuntura deste período influenciaram a economia em todo o decorrer da década. Todas as medidas de política econômica desenvolvidas eram obrigadas a contornar três grandes problemas, de um lado no que diz respeito às finanças públicas e a ruptura do padrão de financiamento até então existente, sem a emergência de um modelo alternativo que pudesse sanar este problema, um outro problema ligado à restrição externa, dada pela necessidade de obtenção de saldos positivos constantes em conta corrente que possibilitassem o pagamento dos encargos da dívida externa e o equilíbrio do balanço de pagamentos, criando um *trade-off* entre crescimento e desempenho exportador, e em terceiro lugar o elevado patamar inflacionário, que assumiu níveis incontroláveis, atuando como um fator extremamente desestabilizador nas relações entre os diversos agentes.

2- Período 1985-1989

O período 1985-89 corresponde ao início do objeto de estudo deste trabalho. Este período pode se dividido em duas fases, sendo a primeira relativa ao período 1985-86 e o segundo período relativo a 1987-89.

O período 1985-86 compreende dois anos cuja natureza dos acontecimentos foi bastante distinta, embora em ambos os anos tenha se verificado uma tendência à recuperação da economia, algo que vinha se verificando desde 1984. O ano de 1985 pode ser entendido como uma extensão do movimento de recuperação da economia que se deu após o período de contração do PIB. Este ano representou o fim dos governos dirigidos por militares e a eleição Tancredo

Neves para a presidência, tendo assumido José Sarney, devido ao falecimento de Tancredo, inaugurando um novo ciclo democrático no Brasil. Neste ano foi observada uma continuidade da diminuição do desemprego, empurrada principalmente pelo setor de bens intermediários, embora houvesse neste período um quadro econômico instável, devido ao processo de aceleração inflacionária em curso e a dificuldades no balanço de pagamentos.

O ano de 1986 foi o ano da implementação do Plano Cruzado, que teve um efeito bastante significativo em termos de uma elevação dos níveis de emprego. Portanto, os anos de 1985 e 1986 foram significativos em termos de uma elevação da geração de emprego e da diminuição do desemprego.

O Plano Cruzado teve efeitos não somente no sentido de uma diminuição do desemprego mas também atuou no sentido de proporcionar uma melhora das condições gerais no mercado de trabalho, tendo um efeito distributivo, observando uma melhora nos rendimentos do trabalho, havendo adoção de medidas com o intuito de proporcionar uma maior segurança no mercado de trabalho, como por exemplo a criação do seguro desemprego. Houve neste ano, uma grande euforia e aceitação da população com relação ao plano, o que em parte contribuiu para o extraordinário aquecimento da economia verificado.

Porém, um grande problema associado com este aquecimento da economia estava na diminuição do saldo comercial e na dificuldade de encontrar formas de financiamento que pudessem sustentar o plano. A continuidade por um longo período do congelamento de preços acabou por proporcionar um desabastecimento e maquiagem de produtos por parte de vários produtores que se viam prejudicados.

Ao final do ano, a manutenção do Plano Cruzado com o nível de atividade existente se tornou incompatível, o que era agravado pela inexistência de formas de financiamento por parte do governo e pelo estrangulamento externo. As expectativas dos agentes com relação ao plano eram as mais pessimistas, de volta da inflação. Em 1997 e o fim do congelamento, o Plano Cruzado chegou a seu fim e o patamar inflacionário

atingiu níveis maiores que antes do plano, gerando uma grande instabilidade econômica e inaugurando um novo período de estagnação.

De 1987 a 1989, a economia brasileira passou por várias flutuações, porém sem alterar significativamente a conjuntura anterior, no que diz respeito às taxas de desemprego. Os fracassos do Plano Bresser, em 1987 e do Plano Verão, em 1989, ambos com o objetivo de controle inflacionário, somente serviram para aumentar a instabilidade da economia, colocando os agentes econômicos numa posição defensiva, sempre que surgiam boatos de novos congelamentos. Este período pode ser caracterizado por uma significativa estagnação. Os problemas oriundos da acentuação do estrangulamento externo, do padrão de financiamento e da aceleração inflacionária continuaram cada vez mais presentes.

Portanto, como pode ser percebido, a década de 80 representou uma grande limitação à economia, marcada por uma grande instabilidade, com taxas de crescimento oscilantes e a níveis bastante reduzidos. No que diz respeito ao mercado de trabalho e em especial ao período de 1985 a 1989, não ocorreram alterações muito profundas nas taxas de desemprego para ambos os índices, sendo que o setor industrial continuou atuando como o principal dinamizador dos níveis de emprego na Grande São Paulo.

Década de 90 (1990-1996).

A década de 1990 significou para o patamar das taxas de desemprego, uma ruptura com relação ao que se verificou na década anterior. Os ajustes implementados a partir do governo Collor foram significativos na configuração das taxas de desemprego e na configuração do mercado de trabalho durante a década de 90, destacadamente na capacidade do setor industrial na geração de empregos.

Esta década pode ser dividida em três fases distintas, sendo a primeira relacionada ao período 1990-92, que corresponde ao governo Collor, a segunda correspondente ao período 1993-94, que é um período de recuperação, e a

terceira correspondente ao período 1995-96, correspondente ao período posterior à implementação do Plano Real.

A mudança nesta orientação pode ser notada pelo subida ao poder do primeiro presidente da república da década, Fernando Collor de Mello, que realiza um ajuste na economia brasileira inspirado no Consenso de Washington, realizando um aumento brutal da abertura comercial, juntamente com um ajuste recessivo, tendo como resultado efeitos bastante nocivos para a indústria nacional.

Como resultado deste processo pode ser detectado uma incrível redução da atividade industrial, assim como um crescimento também no número de falências, proporcionado não somente pela recessão em si, mas também pela abertura indiscriminada às importações, que teve como efeito principal um aumento brutal da concorrência externa, num país que se encontrava até então praticamente fechado, sem que fosse adotado um período de adaptação.

A resposta da maior parte das empresas no país foi tomar uma atitude defensiva neste processo, principalmente com a tentativa de redução de custos, com vistas a um aumento da competitividade com relação às indústrias estrangeiras, o que significou um amplo processo de reestruturação, com a tomada de medidas de enxugamento do quadro de funcionários, utilização de insumos importados, substituição de trabalhadores por máquinas, busca de novos *mixes* de produção e uma utilização cada vez mais crescente da terceirização de atividades que até então eram realizadas na estrutura interna da empresa.

O processo de terceirização consiste na substituição por parte de empresas, da realização de serviços que até então eram realizados dentro de sua estrutura interna, para outras empresas especializadas em determinadas atividades, como por exemplo serviços de faxina e de segurança. Ou seja, pessoas que até então eram contratadas das empresas para fazer determinadas funções, foram substituídas por pessoas contratadas em empresas de pequeno porte, sendo boa parte mal estruturadas, ou simplesmente passaram a prestadoras de serviços,

contribuindo para aumentar a instabilidade dentro do mercado de trabalho, intensificando formas precárias de trabalho.

No que diz respeito ao nível de desemprego, os resultados foram bastante danosos. Segundo dados da PME, as taxas de dezembro passaram de 3,4% para 6,51% de 1989 para 1992, segundo dados da PED, estes números passaram de 8,7% para 15,2%. Este aumento do desemprego pode ser considerado em grande parte, resultado do processo de reestruturação industrial e da abertura às importações.

O período de 1993-94, apesar de ter apresentado uma relativa recuperação da atividade econômica, não proporcionou resultados significativos no que diz respeito às taxas de desemprego, que permaneceram praticamente nos mesmos patamares do período final de 1992. Este fato é em grande parte resultado da performance fraca do setor de bens intermediários, cujas taxas de crescimento foram muito pequenas comparadas aos setores que apresentaram maior dinamismo, notadamente o setor de bens de consumo não duráveis. Isto difere bastante do ocorrido na retomada do nível de atividade no período 83-84, no qual o setor de bens intermediários apresentou um crescimento bastante significativo, apresentando um grande dinamismo.

A utilização crescente de insumos importados tem sido um instrumento largamente utilizados por grandes indústrias, como é o caso da indústria automobilística, contribuindo para uma diminuição do grau de nacionalização dos veículos, sendo bastante prejudicial para os setores de autopeças, diminuindo elos das cadeias produtivas, resultando em grandes perdas para a indústria de bens intermediários e para a indústria de transformação. Desta forma, o impacto da retomada do crescimento sobre estes setores foi bem menor que nos períodos anteriores.

Com a introdução do Plano Real, se verificou uma acentuação da abertura comercial e a adoção de uma âncora cambial objetivando a estabilidade monetária, o que significou uma enorme dependência de capitais externos e uma elevação das taxas de juros, proporcionando uma elevação do déficit em conta

corrente. Os efeitos destas medidas atuam no sentido de acentuar a presença das importações como competidoras das indústrias nacionais e em enormes dificuldades de financiamento, devido às taxas de juros.

Tem-se desde então verificado um escalada cada vez maior das taxas de desemprego para cima, atingindo níveis muito acima dos encontrados na década anterior, tendo praticamente dobrado seus níveis. A taxa média de desemprego do ano de 1996 segundo dados da PED foi de 15,1%, contra uma média de 9,88% no período de 1985 a 1989. Os valores da PME são de 6,35 para 1996 e de 3,9% para a década de 80.

Este incrível aumento das taxas de desemprego de uma década são resultado em parte de uma perda do dinamismo do setor industrial como gerador de empregos. Diferentemente do que ocorria nos períodos anteriores, a um aumento da produção industrial, a resposta das taxas de desemprego são bastante pequenas, sendo que os setores que até a última década eram grande demandantes de mão de obra, como a indústria de transformações tem diminuído o número de pessoas ocupadas, o que demonstra este fato.

Este fato está ligado a uma mudança estrutural no mercado de trabalho no Brasil, no qual se assiste uma desestruturação do mercado de trabalho, com uma diminuição do nível de assalariamento, de aumento das formas de trabalho autônomo e do processo de terceirização, o que tem gerado uma maior instabilidade, com uma diminuição do emprego formal em contraposição ao trabalho informal.

Portanto, as mudanças na economia brasileira tiveram papel fundamental neste processo de desestruturação, através de alterações no panorama econômico como um aumento da abertura comercial, de intensificação do processo de reestruturação das empresas e uma dependência externa crescente, a qual coloca ao país em uma armadilha câmbio-juros, praticamente inviabilizando um crescimento a níveis razoáveis.

Capítulo 3

Mudanças no perfil do desempregado

A intenção deste capítulo é a realização de uma análise sobre os efeitos das mudanças na economia entre as décadas de 80 e 90 sobre o perfil do desempregado. A seguir será realizada uma comparação das taxas de desemprego para os diferentes atributos entre os diversos anos do período em análise, assim como sua participação na composição da PEA e a contribuição para as taxas totais de desemprego.

A análise destas três variáveis em conjunto é necessário para evitar que ocorram problemas ao analisar apenas um dado, o que pode causar uma subestimação ou uma superestimação da importância de algum grupo na formação do perfil do desempregado. Um exemplo disto está em concluir que o perfil do desempregado evoluiu para determinada tendência tendo-se em conta que em um grupo as taxas de desemprego são altas, sem se levar em conta a importância dos segmentos no conjunto da PEA, podendo ter uma participação irrisória com relação ao resto da população. Da mesma forma, o fato de determinado segmento ter aumentado sua participação na conformação das taxas de desemprego não significa necessariamente que este segmento aumentou suas taxas de desemprego, podendo esta variação ser em decorrência simplesmente de um aumento de sua participação relativa na PEA.

Por este motivo, as tabelas a respeito das variações em cada agrupamento de pessoas devem ser lidas com cuidado, a fim de que não levem a uma precipitação de julgamentos.

Todos os dados fornecidos serão feitos com base na PED. Este indicador será utilizado por apresentar uma abordagem mais ampla a respeito do desemprego

que os números fornecidos pela PME, que se mostra um indicador muito conservador para as condições do mercado de trabalho brasileiro, sub-avaliando a de desemprego oculto pelo trabalho precário e do desemprego por desalento. O critério utilizado pelo IBGE em sua pesquisa, considera como desempregado somente a pessoa com idade acima de 14 anos, que tenha procurado emprego na última semana e que não tenham exercido qualquer atividade, remunerada ou não. Diferentemente, a PED considera como desempregados aqueles que acima de 10 anos de idade, que procuraram emprego, pessoas ocupadas de forma precária e que estão a procura de outro emprego e pessoas que não procuraram emprego devido às condições do mercado de trabalho, embora queiram trabalhar.

A comparação a ser realizada se baseará na diferenciação da população de acordo com as seguintes características: nível de escolaridade, faixa etária, cor, sexo e posição na família.

A análise a seguir fará uma análise em separado de cada uma destas características, sendo que no final será realizada um balanço geral destas mudanças, procurando determinar a partir disto o seu significado para as condições do mercado de trabalho na Grande São Paulo.

3.1- Escolaridade.

Os dados a seguir relativos ao nível de escolaridade são divididos de acordo com as seguintes classificações: analfabeto, 1º grau incompleto, 1º grau completo + 2º grau incompleto, 2º grau completo + 3º grau incompleto e 3º grau completo.

Primeiramente, serão analisados os dados da taxa de desemprego para cada setor, para de pois ser feita o que isto significa em termos da taxa de desemprego total. A seguir, está representa a tabela 1 na qual são apresentadas as taxas de desemprego para cada setor.

A tabela 1 contém os gráficos de acordo com a evolução destes dados para o período de pesquisa.

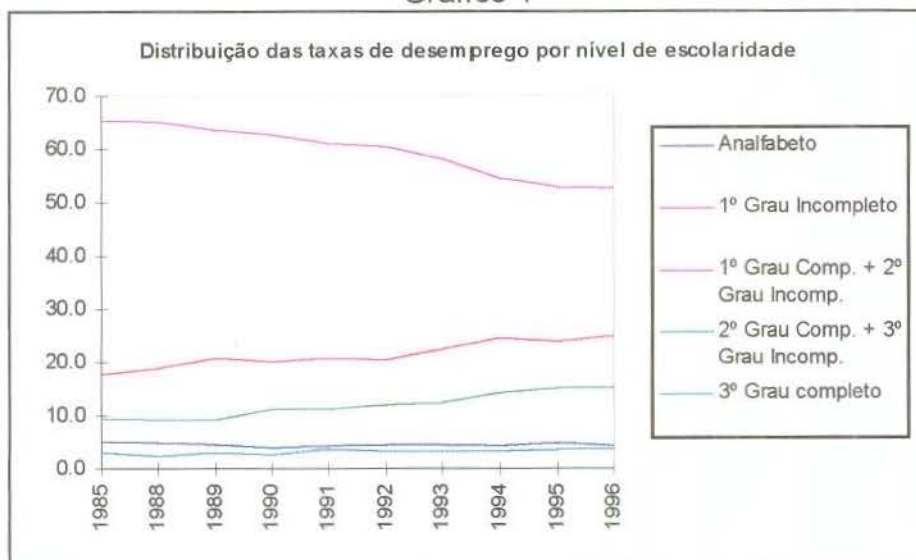
Distribuição dos desempregados, de acordo com o grau de instrução.										
Grau de Instrução	1985	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Analfabeto	5.1	4.8	4.3	3.8	4.1	4.3	4.3	4.1	4.6	4.0
1º Grau Incompleto	65.2	65.1	63.4	62.4	61.0	60.3	58.2	54.3	52.8	52.3
1º Grau Comp. + 2º Grau Incomp.	17.6	18.9	20.6	20.1	20.8	20.4	22.3	24.4	23.8	24.9
2º Grau Comp. + 3º Grau Incomp.	9.3	9.0	9.0	11.1	10.9	12.0	12.1	14.0	15.2	15.2
3º Grau completo	2.9	2.1	2.8	2.6	3.3	3.1	3.1	3.2	3.6	3.6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

Como pode ser observado, existe ao longo destes anos uma clara predominância das pessoas com o primeiro grau incompleto no total de desempregados, sendo que o grupo com o primeiro grau completo + o segundo grau incompleto e o grupo com o segundo grau completo mais o terceiro grau incompleto, sendo que as parcelas de pessoas analfabetas e com o terceiro grau completo representam uma parcela relativamente minoritária ao longo de todo o período, não havendo uma grande modificação neste aspecto.

Porém, ao se analisar a variação da contribuição de cada grupo ao longo do período, fica clara uma tendência declinante da participação do grupo com o primeiro grau incompleto, embora não o suficiente para diminuir sua participação relativa bastante elevada, havendo também uma presença cada vez mais crescente dos grupos com o primeiro grau completo + o segundo grau incompleto, e das pessoas com o segundo grau completo + o terceiro grau incompleto. Esta tendência fica mais clara quando se observa o gráfico 1, logo abaixo.

Gráfico 1



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

Sumarizando os dados acima, é possível que se diga o seguinte com relação ao nível de desemprego por grau de escolaridade: existe uma predominância sobre as pessoas com uma escolaridade baixa, ou seja com o primeiro grau incompleto, embora o desemprego esteja afetando de forma cada vez mais intensa pessoa com um nível de escolaridade intermediário, principalmente as pessoas com grau de escolaridade entre o primeiro grau completo e o segundo grau incompleto. Para uma análise mais completa a respeito deste fator, seria necessário uma análise das taxas de desemprego para cada nível de escolaridade e a proporção de cada grupo na PEA, o que infelizmente não pôde ser realizado, o que faz com que se recomende um maior cuidado para não haver conclusões precipitadas com relação a este aspecto

3.2- Faixa etária.

A tabela 2 abaixo mostra a taxa de desemprego para cada grupo etário. A divisão foi feita da seguinte maneira: 10 a 14 anos, 14 a 17 anos, 18 a 24 anos, 25 a 39 anos e acima de 40 anos.

Tabela 2

Taxas de desemprego por faixa etária.												
	Anos											
Faixa Etária	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
10 a 14 anos	40.6	39.0	32.0	35.8	32.1	36.5	35.7	43.9	42.2	42.9	42.6	44.3
15 a 17 anos	29.6	24.5	21.5	24.7	21.9	25.1	26.0	36.7	38.1	38.0	32.7	38.7
18 a 24 anos	16.0	12.5	12.7	12.9	11.9	14.4	16.0	20.8	20.1	20.1	19.1	21.0
25 a 39 anos	8.5	6.1	6.4	7.0	6.2	7.7	9.3	12.0	11.4	11.0	10.1	11.9
40 anos e mais	5.8	4.0	3.9	3.8	3.5	4.6	6.2	8.1	7.3	6.9	6.9	8.3
Total	12.2	9.6	9.2	9.7	8.7	10.3	11.7	15.2	14.6	14.2	13.2	15.1

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

Da tabela acima, pode-se perceber que houve uma tendência uniforme de crescimento das taxas de desemprego a partir de 1990 para praticamente todos os níveis de idade, sendo que a diferenciação entre os diversos grupos ocorreu mais no que diz respeito aos níveis de desemprego do que no relativo à variação ao longo do período. Pode ser verificado pela tabela que as taxas de desemprego são tão maiores quanto mais jovem o grupo. Ou seja, as maiores taxas de desemprego se encontram na faixa etária dos 10 aos 14 anos, diminuindo quanto maior a faixa etária.

A seguir, estão os dados com relação à distribuição dos desempregados por faixa etária. A tabela 3 fornece a contribuição de cada grupo no total das taxas de desemprego.

Tabela 3

Distribuição do desemprego por faixa etária.										
Faixa Etária	1985	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
10 a 14 anos	10.0	10.7	10.9	9.1	7.5	7.2	7.0	6.6	7.1	6.1
15 a 17 anos	17.6	18.6	18.2	16.5	14.7	15.6	16.8	16.9	16.1	15.9
18 a 24 anos	31.9	30.8	30.9	31.6	30.3	29.9	29.9	30.4	30.4	29.3
25 a 39 anos	29.4	29.8	29.6	31.0	33.0	32.6	32.5	32.3	31.2	32.2
40 e mais	11.0	10.1	10.3	11.8	14.5	14.7	13.9	13.8	15.1	16.4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

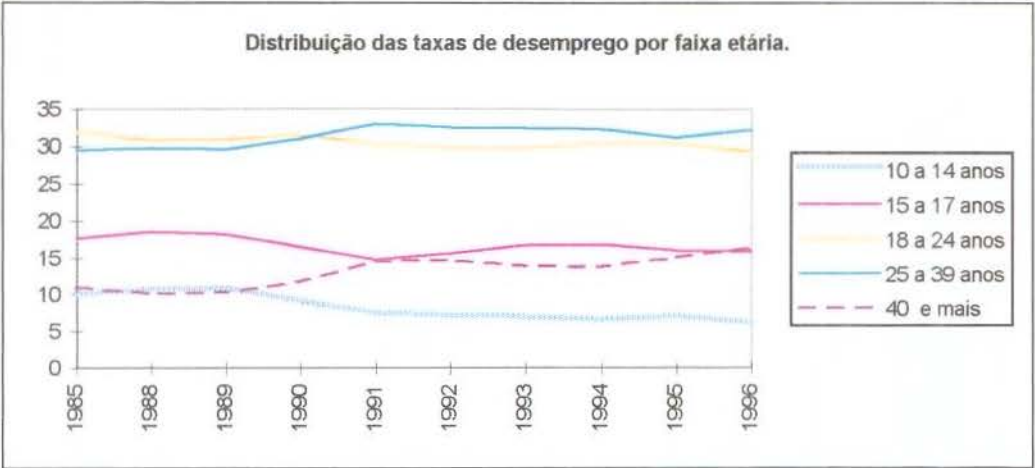
Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

Como pode se verificado na tabela 1, existe uma predominância das taxas de desemprego sobre as faixas etárias de 18 a 24 anos e sobre a de 25 a 39 anos, cujos valores são bem superiores aos das outras categorias. As faixas etárias entre 15 a 17 anos e acima de 40 anos vêm logo em seguida, sendo destacado um significativo aumento desta última a partir do ano de 1991, saindo de um patamar na casa de entre 10 e 11%, atingindo a partir da década de 90 um valor oscilante entre 14 e 16%, igualando-se ao patamar da faixa entre 15 e 17 anos que mantém uma participação aproximadamente constante ao longo do período.

Outro ponto a se observar neste sentido é a queda da participação da faixa entre 10 e 14 anos, cuja taxa de desemprego teve uma tendência de queda ao longo da década de 90, em sentido contrário ao observado na faixa acima dos 40 anos.

Estas tendências podem se melhor visualizadas no gráfico 2:

Gráfico 2



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

De acordo com o observado, pode ser verificada uma importância cada vez maior da faixa acima de 40 anos na formação das taxas de desemprego, o que não significa que as taxas de desemprego para este setor tenham crescido em detrimento das outras faixas de idade. Pode-se creditar este aumento mais ao aumento da importância deste setor na formação da PEA que necessariamente a uma diminuição do desemprego para os outros níveis de idade.

O crescimento na composição da PEA da faixa etária acima de 40 anos pode ser verificada pela tabela 4, abaixo, na qual se percebe que, embora a participação relativa das outras faixas etárias não tenha se alterado de forma muito drástica com uma pequena queda, se percebe que a faixa acima dos 40 anos teve um crescimento bastante significativo, destoando dos demais grupos.

Tabela 4

Proporção das faixas etárias composição da PEA										
Faixa Etária	1985	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
10 a 14 anos	3.0	2.9	3.0	2.6	2.5	2.5	2.4	2.2	2.2	2.1
15 a 17 anos	7.3	7.3	7.2	6.8	6.6	6.5	6.4	6.3	6.5	6.2
18 a 24 anos	24.3	23.2	22.6	22.6	22.2	21.9	21.7	21.5	21.0	21.1
25 a 39 anos	42.2	41.3	41.6	41.5	41.5	41.3	41.6	41.7	40.8	40.9
40 e mais	23.2	25.8	25.6	26.4	27.4	27.6	27.8	28.4	28.9	29.9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

3.3- Cor

Este item procura analisar as variações no desemprego por cor. A seguir, estão os dados das taxas de desemprego de acordo com a cor dos componentes da PEA. Embora possa ser realizada uma divisão mais abrangente, os dados disponíveis dividem a população em população branca e não branca, não havendo desta forma uma segmentação mais clara entre as diferentes definições de cor existentes no país.

Como pode ser observado na tabela 5, logo abaixo, as taxas de desemprego para ambos os grupos apresenta uma tendência crescente a partir de 1990, embora as taxas de crescimento do desemprego para a população não-branca sejam ligeiramente maiores.

Tabela 5

Taxas de Desemprego, segundo cor												
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
TOTAL	12,2	9,6	9,2	9,7	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1
Branca	11,2	8,8	8,6	8,9	7,9	9,7	10,6	13,7	13,1	12,7	12	13,1
Não-Branca	14,4	11,4	10,7	11,3	10,5	11,6	13,9	18,2	17,6	17	15,4	18,6

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

A seguir, estão dispostos os dados para a distribuição das taxas de desemprego segundo a cor, na tabela 6 abaixo. Como pode ser observado ao longo do período, existe uma maior contribuição da população branca na formação das taxas de desemprego, mas que vem diminuindo gradativamente durante os vários anos, havendo desta forma uma tendência de crescimento proporcional da importância das populações não brancas no conjunto de pessoas desempregadas.

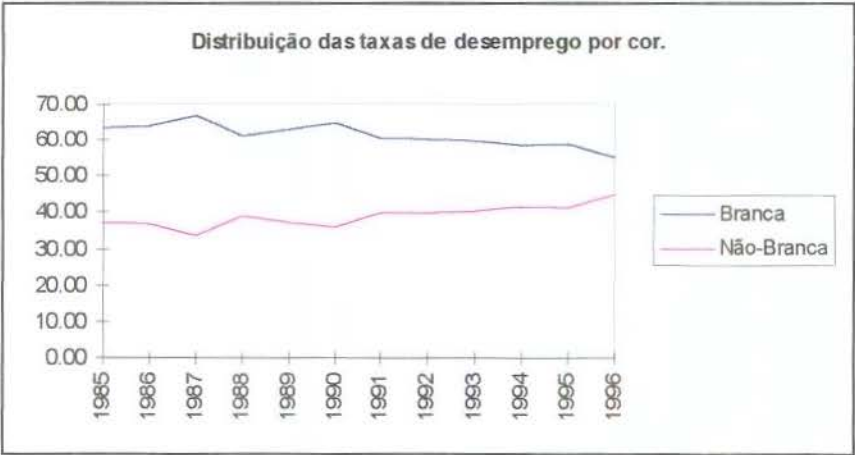
Tabela 6

Contribuição para as taxas de desemprego por cor.												
Cor	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Branca	63.11	63.46	66.77	61.17	62.86	64.44	60.40	60.09	59.82	58.24	58.82	55.21
Não-Branca	36.89	36.54	33.23	38.83	37.14	35.56	39.60	39.91	40.18	41.76	41.18	44.79
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

A contribuição da população branca para as taxas de desemprego vem caindo com mais intensidade a partir de 1990. Isto pode ser percebido na tabela, pela ocorrência de uma ruptura que ocorre caindo de um patamar de aproximadamente 65% para um valor de 55%; ocorrendo o oposto com as pessoas não-brancas, cuja contribuição para as taxas de desemprego em noventa é de aproximadamente 35,5, elevando-se ao final do período para algo em torno de 45%. Esta tendência pode ser melhor visualizada no gráfico 3.

Gráfico 3



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

A tabela 7 mostra a composição da PEA. Como pode ser percebido, houve no período, principalmente a partir de 1991, um crescimento de importância da

população não branca no total das pessoas incorporadas à PEA, embora haja uma predominância clara das pessoas brancas e da diferença de participação entre os períodos não ser muito elevada. A diferença da composição da PEA entre um período e outro é de aproximadamente 5% entre o primeiro e o último anos do período a favor da população não branca, o que mostra sua maior participação, embora ainda constitua a maioria da PEA.

Tabela 7

Distribuição dos membros da PEA por cor												
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	68,8	69,2	71,4	66,7	69,2	68,4	66,7	66,7	66,7	65,1	64,7	63,6
Não-Branca	31,3	30,8	28,6	33,3	30,8	31,6	33,3	33,3	33,3	34,9	35,3	36,4

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

Pelo que foi visto logo acima, é possível se afirmar que neste aspecto as pessoas que foram mais prejudicadas na década de 90 pelo aumento das taxas de desemprego são as pessoas não-brancas, não somente pelo aumento da participação relativa na distribuição dos desempregados, como também por um aumento das taxas de desemprego superior ao outro grupo.

3.4- Sexo.

A seguir, serão apresentados os dados a respeito do impacto das taxas de desemprego afetando os dois sexos isoladamente. A tabela 8 mostra as taxas de desemprego para ambos os sexos, onde pode ser observado que a taxa de desemprego para as mulheres excede a taxa de desemprego para os homens durante todo o período em análise, sendo que o movimento das taxas de desemprego se encontra semelhante durante o período, havendo uma certa tendência de elevação das taxas para ambos os sexos a partir de 1990.

Tabela 8

Taxas de Desemprego por sexo.									
	1985	1988	1989	1990	1992	1993	1994	1995	1996
Total	12.2	9.7	8.7	10.3	15.2	14.6	14.2	13.2	15.1
Homens	10.1	8.1	7.5	9.1	13.9	13.4	12.7	11.8	13.5
Mulheres	15.5	12.1	10.6	12.1	17.1	16.3	16.4	15.3	17.2

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

A seguir, será tratada a contribuição de cada um dos dois gêneros para as taxas de desemprego, o que pode ser visualizado na tabela 9 abaixo. Se observa que a contribuição do sexo masculino para as taxas de desemprego são superiores durante todo o período, ocorrendo um movimento de crescimento desta participação entre 1989 e 1993, mas que volta a partir de 1994 aos mesmos patamares do início do período. Portanto, tendo-se como enfoque principal uma comparação entre os períodos inicial e final da análise, não ocorre nenhuma mudança significativa para o desemprego para nenhum dos dois sexos.

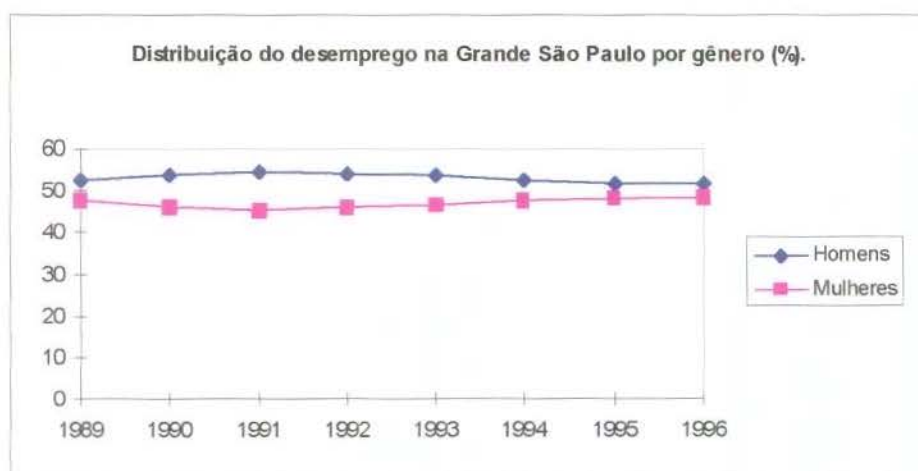
Tabela 9

Contribuição para as taxas de desemprego por sexo									
Sexo	1985	1988	1989	1990	1992	1993	1994	1995	1996
Homens	51.2	51.1	52.3	53.8	54	53.7	52.4	51.8	51.6
Mulheres	48.8	48.9	47.7	46.2	46	46.3	47.6	48.2	48.4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

Estes dados podem ser melhor visualizados no gráfico 4:

Gráfico 4



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

Estes dados podem ser complementados com os dados a respeito da participação relativa de ambos os sexos na composição da PEA, onde se nota uma predominância do sexo masculino, embora as mulheres tenham aumentado sua participação ao longo do tempo, embora isto não afete grandemente os números a respeito do desemprego. Este fato comprova o motivo pelo qual, apesar de as taxas de desemprego serem maiores, a participação masculina nesta situação ser maior. Estes dados podem ser vistos na tabela 10.

Tabela 10

Composição da PEA por gênero.										
Sexo	1985	1988	1989	1990	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Homens	61.8	61.2	60.7	60.9	59.0	58.51	58.6	57.9	57.7	57.2
Mulheres	38.4	39.2	39.1	39.3	40.9	41.5	41.2	41.6	42.5	43.0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

Portanto, no que diz respeito ao gênero, não houve uma mudança significativa do impacto do desemprego, diferenciadamente entre homens e mulheres, tanto no que diz relativo às taxas de desemprego com à contribuição na formação do desemprego total, de forma que embora tenha se verificado um

crescimento da proporção de mulheres no mercado de trabalho, não tem sido suficiente para mudar o panorama existente na década de 80.

3.5- Posição na família.

Este tópico irá tratar nas variações do desemprego para os diferentes membros familiares, decompondo, por motivo de simplificação, este critério em dois grupos: chefes de família e outros membros. A partir da tabela 11, é possível se notar que no que diz respeito às taxas de desemprego, houve ao longo de todo o período uma tendência semelhante em ambos os grupos nas variações, embora as taxas de desemprego dos chefes de família tenham crescido a um nível ligeiramente maior, sendo que os demais membros da família assumem uma posição predominante, com taxas de desemprego maiores durante todo o período.

Tabela 11

Taxas de desemprego por posição no domicílio												
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Total	12,2	9,6	9,2	9,7	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1
Chefes	5,3	3,7	4,0	4,2	4,1	5,2	7,1	8,9	8,1	7,7	7,1	8,5
Demais	17,5	14,1	13,0	13,8	12,2	14,2	15,2	19,9	19,5	19,2	17,8	19,9

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

No que diz respeito à distribuição dos desempregados, a tabela 12, logo abaixo mostra as variações ocorridas no período, de onde é possível notar uma tendência de crescimento da participação dos chefes de família, ao longo de todo o período, embora haja uma predominância enorme dos demais membros da família na composição das taxas de desemprego.

Tabela 12

Distribuição das taxas de desemprego por posição no domicílio												
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefes	19,0	16,7	19,5	16,9	22,4	22,7	23,7	22,3	23,3	22,7	24,2	23,7
Demais	81,0	83,3	80,5	83,1	77,6	77,3	76,3	77,7	76,7	77,3	75,8	76,3

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

Esta tendência pode ser melhor visualizada no gráfico abaixo:

Gráfico 5



Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

Finalmente, com relação à composição da PEA, é possível se observar na tabela 13 que não há nenhuma mudança significativa ao longo de todo o período, sendo que os demais grupos representam uma parcela maior em aproximadamente 10% com relação aos chefes de família.

Tabela 13

Proporção dos desempregados por posição no domicílio.												
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Chefes	43,6	43,2	44,0	40,0	46,2	44,4	40,0	39,1	42,3	42,3	44,4	42,1
Demais	56,4	56,8	56,0	60,0	53,8	55,6	60,0	60,9	57,7	57,7	55,6	57,9

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego.

Portanto, no que diz respeito à posição na família, pode ser observado que o grupo denominado outros membros possui predominância durante todo o período, não só no que diz respeito às taxas de desemprego, mas também na distribuição das taxas de desemprego. Apesar de tudo isto o grupo representado pelos chefes de família tem apresentado uma tendência maior de crescimento na distribuição

dos desempregados, sem que haja um grande crescimento em sua participação relativa na PEA, sendo que este fato pode ser associado ao crescimento ligeiramente maior das taxas de desemprego deste grupo.

3.6- Conclusão

Pelo que foi visto acima, o processo de aumento das taxas de desemprego ocorrido na década de 90 ensejou, no perfil do desempregado uma mudança em vários aspectos, relacionados não somente a mudanças na participação relativa de determinados grupos na composição da PEA, como também do aumento das taxas de desemprego. Algo importante a ressaltar é o fato das taxas de desemprego variaram para todos os segmentos da população analisados, sendo que o que mudou foi o grau em que este aumento incidiu sobre cada grupo.

Os dados acima permitem dizer que o desemprego deixou de ser associado a pessoas com primeiro grau incompleto, com idade entre 18 e 39 anos, do sexo masculino, passando a incidir cada vez mais em pessoas com nível de escolaridade entre o primeiro e o segundo graus completos, com idade acima de 40 e do sexo feminino, embora os grupos predominantes no início do estudo continuem representando uma parcela majoritária dos desempregados.

Com relação ao aspecto cor, o desemprego passou a atingir de forma ainda mais intensa a população não branca, que já era a mais prejudicada, contribuindo para acentuar ainda mais os desequilíbrios existentes.

Portanto, com as mudanças econômicas promovidas na década de 90 e seus impactos sobre as taxas de desemprego, este problema passou a atingir uma parcela cada vez mais ampla de pessoas, não se restringindo mais predominantemente a um grupo em particular.

Referências bibliográficas.

- Amadeo, E & Camargo, J.** "Regulations and flexibility of labor market in Brazil." Texto para discussão nº 335. Rio de Janeiro. PUC-RJ. D.E., 1995.
- Amadeo, E. & Estevão, M.** "A teoria econômica do desemprego." São Paulo. Hucitec, 1994
- Amadeo, E & Però, V.** "Adjustment, stabilization and structure of employment in Brazil." Texto para discussão nº 353. Rio de Janeiro. PUC-RJ. D.E., 1996.
- Baltar, P.** "Estagnação da economia, abertura da crise do emprego urbano no Brasil". In Economia e sociedade nº 6. Campinas. UNICAMP. I.E., 1996.
- Baltar, P. Dedecca, C. & Henrique, W.** "Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil." In Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo, Scritta, 1996.
- Baltar, P & Proni, M.** "Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão de obra, emprego formal e estrutura salarial." In Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo, Scritta, 1996.
- BNDES.** "Mercado de trabalho: A crise dos dois modelos." Texto para discussão nº 21. Rio de Janeiro. 1994.
- Chadad, J.** "As soluções para o desemprego transcendem o curto prazo". Informações FIPE. nº 214. São Paulo. FIPE-USP, 1998
- Corseuil et alli.** "Determinantes da estrutura do desemprego no Brasil: 1986-1995." Anais da ANPEC. Campinas, 1996.
- Dedecca, C.** "Desemprego e regulação no Brasil hoje." In Cadernos do CESIT nº 20. Campinas. UNICAMP. I.E., 1996a
- Dedecca, C.** "O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil." Anais da ANPEC. Campinas, 1996b.
- DIEESE.** "Desemprego e políticas de renda." In Pesquisa DIEESE nº 10. São Paulo. 1994.
- DIEESE.** "Boletim do DIEESE". (Vários números)
- Faria, V.** "Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações." In Bacha . A transição incompleta. São Paulo. Terra e paz, 1986.
- Gonzaga, G.** "Rotatividade, qualidade do emprego e distribuição de renda no Brasil." Texto para discussão nº 355. Rio de Janeiro. PUC-RJ. D.E., 1996.
- Gonzaga, G.** "The effects of openness on industrial employment in Brazil." Texto para discussão nº 362. Rio de Janeiro. PUC-RJ. D.E., 1996.
- Hobsbawm, E.** "A era dos extremos" São Paulo. Companhia das letras, 1995.
- Hoffmann & Brandão.** "Medição de emprego: Recomendações da OIT e práticas modernas." In Cadernos do CESIT nº 22. Campinas. UNICAMP. I.E., 1996.
- IBGE.** "PME- Pesquisa Mensal do emprego. (Vários números)
- Keynes, J.** " A teoria geral do emprego, do juro e da moeda." São Paulo. Atlas, 1982.
- Mattoso, J.** "Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios." In Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo, Scritta, 1996.
- Mattoso, J. & Baltar, P.** "Transformações estruturais e o emprego nos anos 90." In Cadernos do CESIT nº 21. Campinas. UNICAMP. I.E., 1996.
- Mattoso, J. & Pochmann, M.** "Mudanças estruturais e o trabalho. Campinas. UNICAMP. I.E. CESIT, 1998. Mimeo.
- Pastore, J.** "Flexibilização dos mercados de trabalho e contratação coletiva". São Paulo. Editora LTR, 1994.

- Pochmann, M.** "O problema recente do emprego no capitalismo contemporâneo." Anais da ANPEC. Campinas. 1996.
- Pochmann, M.** O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional. Campinas UNICAMP. I.E. CESIT, 1998a. Mimeo.
- Pochmann, M.** Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. Campinas. UNICAMP. I. E. CESIT, 1998b. Mimeo.
- Quadros, W.** "A reestruturação das empresas e o emprego de classe média" In Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo, Scritta, 1996.
- Saboia, J.** "Mercado de trabalho metropolitano no Brasil: Diferenciação, evolução e perspectivas". Texto para discussão nº 323. Rio de Janeiro IEI-UFRJ. 1995.
- Salm, C. "Mercado de trabalho em debate". Texto para discussão nº 304. Rio de Janeiro IEI-UFRJ. 1995.
- Santos, A.** "Encargos sociais e custo do trabalho no Brasil". In Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo, Scritta, 1996.
- SEP.** "Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego" (Vários números).
- Zylberstajn, H.** "Minimizar o desemprego cíclico". Informações FIPE. nº 208. São Paulo. FIPE-USP, 1998a.
- Zylberstajn, H.** "Mudança estrutural e desemprego". Informações FIPE. nº 210. São Paulo. FIPE-USP, 1998a.